

A CRISE E O ROMPER DO ROTATIVISMO: O CASO DO SYRIZA NA GRÉCIA

Ricardo Cabral Fernandes*

Membro Associado do Observatório Político

A actual crise económico-financeira está a alterar o xadrez político do continente europeu. Se por um lado assistimos à ascensão de partidos de extrema-direita, como a Frente Nacional em França, por outro observamos ao fortalecimento de partidos de esquerda radical, como o Syriza na Grécia, o Sinn Féin na Irlanda ou o Podemos em Espanha. As políticas de austeridade e as reformas estruturais de cariz neoliberal impostas aos Estados intervencionados, e também aos que não o foram, como o caso da França, têm originado graves consequências económicas, políticas e sociais nos povos europeus, criando novos fenómenos políticos que merecem ser estudados.

Os países da Europa do Sul foram os primeiros e os mais afectados pela crise da zona euro. A Grécia constitui um claro exemplo de como as políticas de austeridade e as reformas estruturais impostas pela *troika*¹ degradaram profundamente a sociedade grega e o profundo impacto que tiveram no sistema partidário grego. É de sublinhar o percurso do Syriza, um pequeno partido de esquerda radical que antes de 2012 tinha cerca de 5% dos lugares do Parlamento, que ascendeu ao estatuto de maior força política do país. Se uns vêem esta ascensão como um sinal de esperança, outros receiam as suas implicações políticas e económicas².

Após o início da crise e aplicação da austeridade, a Grécia mergulhou em seis anos consecutivos de recessão (o desemprego afecta actualmente cerca de 27,6% do total da população activa e 64,9% dos jovens gregos com menos de 24 anos; um terço dos cidadãos gregos encontra-se abaixo do limiar da pobreza e 27,7% estão à beira da pobreza ou de exclusão social)³. A dívida pública grega encontra-se actualmente nos 177%, somando-se uma quebra de 25% de perdas cumulativas desde o pico do início da crise⁴. Tudo isto aponta para o facto de o país ter sido alvo da maior desvalorização

* Frequenta o Mestrado em Ciência Política no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, da Cidade Universitária de Lisboa.

¹ Conjunto de três entidades: Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Europeia (CE) e Banco Central Europeu (BCE).

² Spourdalakis, Michalis (2013), *Left Strategy in the Greek Cauldron: explaining Syriza's Success*, disponível em: <http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/18811>, acedido a 30 de Janeiro de 2015.

³ Karapampas, Sotirios (2013), "Austerity as a Catalyst of Political Change: The Role of the Economic Crisis and the Austerity Measures", *the Metamorphosis of Greek Politics*, disponível em: <http://www.sisp.it/files/papers/2013/sotirios-karapampas-1730.pdf>, acedido a 30 de Janeiro de 2015.

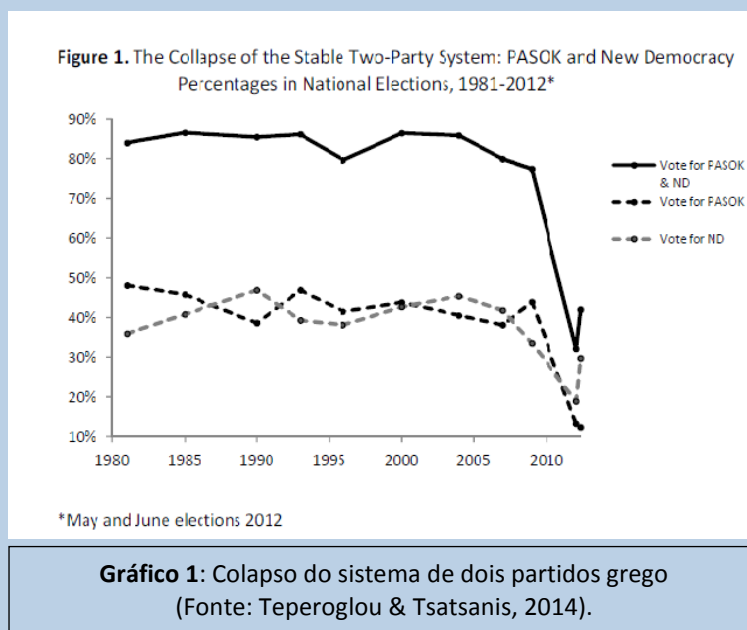
⁴ Laskaridis, Christina (2013), "Grécia: a pior história de sucesso da Europa", *A Europa à beira do abismo: a crise das dívidas soberanas: memorando da periferia*, Lisboa, Bertrand Editora, pp. 65-118.

interna desde a década de 30 do século XX, vivendo-se uma verdadeira crise humanitária num Estado-membro da União Europeia (UE).

O presente *working paper* pretende abordar a forma como a crise económico-financeira e a entrada da *troika* na Grécia vieram alterar o sistema de rotatividade entre dois partidos, permitindo ao Syriza formar um governo de coligação com os Gregos Independentes. Para tal, analisaremos o percurso histórico do rotativismo ao longo da III República grega e os resultados das quatro últimas eleições legislativas, realizadas já depois do início da crise e entrada da *troika*.

I - O SISTEMA DE DOIS PARTIDOS GREGO

O fim da Ditadura dos Coronéis (1967-1974), que se insere na terceira vaga democrática de Huntington⁵, deu lugar à III República grega. O seu sistema partidário pode ser caracterizado por um alinhamento de três forças partidárias: o Nova Democracia (ND), o PASOK e o partido comunista grego (KKE)⁶. No entanto, a competição pelo poder apenas se confinou aos dois primeiros, tendo sido fortemente marcada pela clivagem Esquerda-Direita, que sempre marcou a política grega e que teve o seu clímax aquando da Guerra Civil Grega (1946-49).



⁵ Huntington, Samuel (1993), *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman, University of Oklahoma Press.

⁶ Freire, André e Eftichia Teperoglou (2007), "European Elections and National Politics: Lessons from the "New" Southern European Democracies", *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, vol. 17 (1), pp. 101-122.



Este rotativismo formou-se em consequência da estrutura do sistema eleitoral, que atribui, por exemplo, automaticamente 50 deputados (num total de 300 assentos parlamentares) ao partido que obtiver a maior percentagem de votos nas eleições legislativas⁷, originando “falsas” maiorias e mantendo a estabilidade governativa num governo de partido único. O sistema político grego privilegia a estabilidade governativa, daí obrigar à existência de maioria no parlamento para a formação de um governo e estipular uma maioria parlamentar de 2/3 para que um candidato presidencial seja eleito. Desta forma pretende-se um governo maioritário e um presidente da cor política do respectivo governo em prol da estabilidade governativa.

Desde 1974 que 80% dos resultados eleitorais se concentravam no ND e no PASOK⁸. Em 37 anos de democracia representativa apenas se constituíram três coligações, duas em 1982 e uma terceira após as eleições de 17 de Junho de 2012, com o ruir do referido sistema.

Com o advento da crise económico-financeira, a entrada da *troika* e a aplicação das medidas de austeridade, esta concentração terminou, dispersando os votos por vários partidos já existentes ou recém-criados. Esta dispersão favoreceu principalmente duas forças políticas, o ND (centro-direita) e o Syriza (esquerda-radical).

Focar-nos-emos doravante nas últimas quatro eleições legislativas – Outubro de 2009, 6 de Maio de 2012, 17 de Junho de 2012 e, por fim, 25 de Janeiro de 2015 – para demonstrar como o Syriza tem vindo a crescer eleitoralmente apresentando-se como alternativa política aos apelidados partidos do “arco da governação”, o ND e o PASOK.

II- AS LEGISLATIVAS DE OUTUBRO DE 2009

Nas eleições legislativas de 2007, o ND obteve a maioria – 152 em 300 deputados – necessária para governar sozinho. No entanto, em Setembro de 2009, o Primeiro-Ministro e líder do ND, Kostas Karamanlis, viu-se confrontado com sérias dificuldades a meio do seu mandato: a deterioração da situação económica grega (e a imposição europeia do acentuar da austeridade) e a incapacidade de obter três quintos do Parlamento para apoiar uma candidatura presidencial⁹, em 2010. Além destas dificuldades, o seu mandato foi também confrontado com uma série de escândalos de corrupção e nepotismo, protestos violentos, acções terroristas, perda eleitoral nas

⁷ Pappas, Takis S. Pappas (2010), “Winning by Default: The Greek Election of 2009”, *South European Society and Politics*, 15 (2), pp. 273-287.

⁸ Teperoglou, Efthychia e Emmanouil Tsatsanis (2014), “Dealignment, de-legitimation and the implosion of the two-party system in Greece: the earthquake election of 6 May 2012”, *Journal of Elections, Public Opinion, and Parties*, vol. 24 (2), pp. 222-242.

⁹ A Constituição grega estipula que caso não se obtenha o apoio de 200 votos parlamentares, nas duas primeiras rondas, ou de 180, na terceira ronda, para apoiar uma candidatura presidencial, o Parlamento é dissolvido e novas eleições legislativas serão convocadas. Deste modo, se não existir maioria absoluta, torna-se necessário um consenso entre partidos. Ora, após as eleições europeias de 2009 o PASOK deixou claro que iria fazer o possível para convocar eleições antecipadas, deixando assim o ND numa posição politicamente complicada.



européias de 2009 e, por fim, a crescente ameaça da crise. Todos estes episódios contribuíram para a perda de legitimidade governativa perante os seus cidadãos¹⁰. Decidiu então convocar eleições legislativas para Outubro, dando apenas um mês para os vários partidos apresentarem candidatura e prepararem a campanha eleitoral.

Durante a campanha eleitoral, o ND afirmou que o pacote financeiro no valor de 28 mil milhões de euros que tinha oferecido aos bancos gregos – para concederem crédito à economia, mas que serviu para consolidarem as contas internas, o que pode ser considerado como um “resgate encapotado”¹¹ – teve um impacto positivo ao travar o aprofundamento da crise económico-financeira que também afectava outros países da zona euro. No entanto, o partido também admitiu que a economia grega ainda estava em risco e que seria necessário implementar reformas estruturais, bem como proceder à privatização de empresas públicas para reduzir a despesa do Estado. Em contrapartida, prometeu que iria combater a evasão fiscal criando um sistema fiscal mais eficiente. Já o PASOK opôs-se ao plano de austeridade afirmando que este apenas iria exacerbar as dificuldades da economia grega e que, ao invés, era necessário aumentar a liquidez no mercado para se reforçar a classe média e apoiar as PMEs. Para se obterem as verbas necessárias, propôs-se reformar radicalmente o sistema fiscal, cortar nas “gorduras” do Estado, combater a corrupção e promover uma maior redistribuição dos rendimentos. Tal seria suficiente, na óptica do partido, para reduzir o défice e a dívida pública. Apesar de prometer novos estímulos económicos, o PASOK não conseguiu explicar como obteria as verbas necessárias para implementar essas políticas públicas com limitadas reformas do Estado e do sistema fiscal a nível financeiro¹².

Nessas eleições legislativas, o Syriza apresentou-se como partido de protesto com um discurso político radical, tendo inclusive proferido palavras de apoio aos protestos violentos de 2008, o que causou um impacto negativo junto dos outros partidos – que o acusaram de instigação à violência – bem como junto do eleitorado. Em consequência obteve apenas cerca de 4,6% dos votos, menos 0,4% do que em 2007.

Os resultados das legislativas deram uma maioria absoluta ao PASOK com 43,9% dos votos (160 deputados). Por outro lado, o ND sofreu a maior derrota eleitoral desde a sua fundação em 1974, obtendo apenas 33,5% dos votos (91 deputados). Já o grande vencedor dos pequenos partidos foi o LAOS com 5,6% dos votos (15 deputados), ao conseguir entrar no Parlamento. O KKE obteve 7,5% dos votos (21 deputados) e o Syriza 4,6% (13 deputados). É importante referir que a abstenção nestas eleições foi de

¹⁰ Pappas, Takis S. Pappas (2010), “Winning by Default: The Greek Election of 2009”, *South European Society and Politics*, 15 (2), pp. 273-287.

¹¹ Pagoulatos, George e Christos Triantopoulos (2009), “The Return of the Greek Patient: Greece and the 2008 Global Financial Crisis”, *South European Society and Politics*, 14 (1), pp. 35-54.

¹² Pappas, Takis S. Pappas (2010), “Winning by Default: The Greek Election of 2009”, *South European Society and Politics*, 15 (2), pp. 273-287.

70.9%, uma das maiores num país onde a politização e polarização partidária são consideradas elevadas em comparação com outros países do sul da Europa. Podemos afirmar que o elevado nível da abstenção se deve ao rotativismo e, conseqüentemente, à previsibilidade dos resultados eleitorais, bem como ao crescente descrédito dos partidos junto da sociedade grega.

A vitória do PASOK nas eleições legislativas de 2009 foi um resultado previsível em consequência do rotativismo no sistema partidário grego entre o ND e o PASOK. No entanto, e apesar da vitória eleitoral que obteve, este último não soube capitalizar eficazmente o descontentamento do eleitorado com origem nas dificuldades governativas que o ND enfrentou, nem a deterioração da situação económica grega durante esses dois anos de governo. Como veremos adiante, esta foi a última eleição em que o PASOK obteve um resultado ascendente.

III - AS LEGISLATIVAS DE 6 DE MAIO DE 2012

Após as legislativas de Outubro de 2009, a situação económica grega deteriorou-se severamente. A 23 de Abril de 2010 o Governo PASOK assinou o primeiro Memorando de Entendimento com a *troika* em troca de 110 mil milhões de euros; em contrapartida, comprometeu-se a aplicar acrescidas medidas de austeridade para diminuir o peso do Estado na sociedade e a aplicar reformas estruturais na economia¹³, como a flexibilização do código laboral. Em reacção ao degradar da situação económica e da assinatura do Memorando, ocorreram greves e protestos violentos, bem como o aumento da pressão das agências de *rating* sobre o Estado grego ao desvalorizarem a dívida pública grega. A dívida soberana grega continuou a aumentar exponencialmente, até que na Cimeira Europeia de 26 e 27 de Outubro de 2011, as lideranças europeias decidiram reestruturar a dívida grega em 50% em troca de mais medidas de austeridade. Perante a crescente falta de apoio e queda de legitimidade do Governo PASOK, o seu líder, Georgio Papandreou, anunciou, a 31 de Outubro, a pretensão de realizar um referendo sobre o acordo bilateral de empréstimo entre o Governo grego e os seus credores, que caso fosse aprovado forneceria ao Governo uma relegitimação, aumento da confiança e novo mandato para implementar mais medidas de austeridade. Este referendo daria a oportunidade ao povo grego de referendar o Governo e obrigar, em consequência última, a que este se demitisse. Mas a *troika* não apoiou esta iniciativa, obrigando o Governo grego a recuar na realização do referendo¹⁴ com a chantagem de congelar a tranche de 8 mil milhões de euros¹⁵.

¹³ Bosco, Anna e Susannah Verney (2012), "Electoral Epidemic: The Political Cost of Economic Crisis in Southern Europe", *South European Society and Politics*, 17 (2), pp. 129-154.

¹⁴ Vasilopoulou, Sofia e Daphne Halikopoulou (2013), "In Shadow of Grexit: The Greek Election of 17 June 2012", *South European Society and Politics*, 18 (4), pp. 523-542.

¹⁵ Laskaridis, Christina (2013), "Grécia: a pior história de sucesso da Europa", *A Europa à beira do abismo: a crise das dívidas soberanas: memorando da periferia*, Lisboa, Bertrand Editora, pp. 65-118.

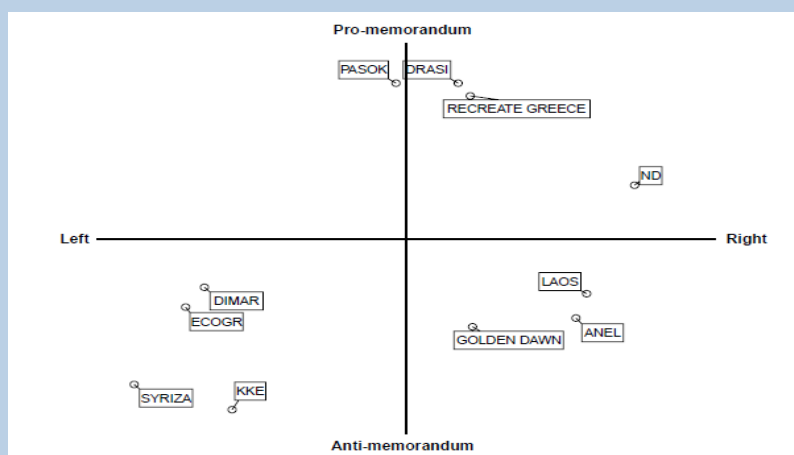


Gráfico 2: Polarização das várias forças políticas
(Fonte: Teperoglou & Tsatsanis, 2014)

Em consequência do recuo do referendo, Papandreou demitiu-se do cargo de Primeiro-Ministro. Formou-se um governo de união nacional – sob pressão das lideranças europeias – entre o PASOK, ND e LAOS sob a liderança de Lucas Papademos, um tecnocrata não eleito ex-governador do Banco Central Grego¹⁶. Em Fevereiro de 2012, o Governo interino de Papademos assinou o segundo Memorando de Entendimento com a *troika* no valor de 133 mil milhões de euros, assumindo novamente a contrapartida de aplicar acrescidas e ainda mais severas medidas de austeridade. Em Abril foram marcadas novas eleições legislativas para o dia 6 de Maio.

Os resultados dessas eleições legislativas transformaram o sistema partidário grego e terminaram com a tradicional dominação do ND e PASOK, afirmação suportada pelos resultados eleitorais dos dois partidos que juntos obtiveram apenas 32% do total de votos (149 deputados, 108 do ND e 41 do PASOK), quando antes tinham obtido cerca de 80%¹⁷. Pela primeira vez, estes dois partidos viram-se confrontados com o fim do rotativismo e com a impossibilidade de formarem um governo maioritário de partido único, que caracterizou o sistema político grego desde a restauração da Democracia representativa no país. Por outro lado, quem beneficiou mais com o fim da dominação do ND e PASOK foram os pequenos partidos, ditos radicais, tanto à Esquerda como à Direita. O Syriza obteve 16,8% dos votos (52 deputados), mais 12,2% que nas legislativas de 2009; o KKE alcançou os 8,5% (26 deputados), subindo cerca de 1%; já o DIMAR, o ANEL e o Aurora Dourada entraram no Parlamento com 6,1% (19 deputados), 10,6% (33 deputados) e 6,9% (21 deputados) respectivamente, tendo

¹⁶ Bosco, Anna e Susannah Verney (2012), “Electoral Epidemic: The Political Cost of Economic Crisis in Southern Europe”, *South European Society and Politics*, 17 (2), pp. 129-154.

¹⁷ Vasilopoulou, Sofia e Daphne Halikopoulou (2013), “In Shadow of Grexit: The Greek Election of 17 June 2012”, *South European Society and Politics*, 18 (4), pp. 523-542.

¹⁷ *Ibidem*.

ultrapassado o limiar mínimo de 3% de votos necessários para se ter assento parlamentar.

Nestas eleições participaram outras forças políticas que não obtiveram a percentagem necessária de votos para conquistarem assentos no Parlamento. Entre estas encontravam-se os Eco-Verdes (2,9%), a Aliança Democrática (2,5%), o LAOS (2,9%) e o Recriar a Grécia (2,15%)¹⁸.

Os resultados das eleições de 6 de Maio marcaram profundamente a história política da III República grega¹⁹. O apoio aos dois principais partidos do sistema político grego alterou-se profundamente, rompendo com o rotativismo. Ao invés, as forças que se situavam mais à Direita ou à Esquerda desses dois partidos obtiveram resultados eleitorais expressivos, o que evidencia a crescente polarização da sociedade grega e a importância da clivagem Esquerda/Direita, mas principalmente a clivagem contra/pró Memorando de Entendimento, que extravasou a primeira.

IV - AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 17 DE JUNHO DE 2012

A impossibilidade de qualquer partido do sistema político grego formar um governo maioritário e a não-cooperação entre as várias forças políticas, com assento parlamentar – bem como as crescentes pressões externas e internas – obrigaram à realização de novas eleições legislativas a 17 de Junho de 2012. Estas visavam garantir uma solução política capaz de formar um Governo estável. O colapso do rotativismo do ND e PASOK alterou a relação de forças no sistema político grego e criou uma nova situação política, o que é demonstrado pelo facto das eleições de 17 de junho terem sido as que se realizaram no menor espaço de tempo desde a realização das últimas legislativas na História da Grécia pós 1974.

Mas se as anteriores eleições ficaram marcadas pelo fim do rotativismo e aumento expressivo de pequenos partidos tanto à Esquerda como à Direita no Parlamento, as de 2012 ficaram conhecidas pelo acentuar da polarização – já visível também nas anteriores eleições – entre os partidos contra/pro Memorando de Entendimento, em que se veio a acrescentar outra clivagem: a permanência/saída da Grécia da zona euro/União Europeia (UE).

Tanto pequenos partidos de Esquerda como de Direita se opuseram ao Memorando, como foi o caso do Syriza e do Aurora Dourada. O Syriza por considerar necessário renegociar o segundo Memorando de Entendimento, mantendo a Grécia na zona euro, ainda que não a qualquer custo; já o Aurora Dourada por defender que o Memorando era um instrumento de intervenção externa que violava a soberania nacional, apelando

¹⁹ Vasilopoulou, Sofia e Daphne Halikopoulou (2013), “In Shadow of Grexit: The Greek Election of 17 June 2012”, *South European Society and Politics*, 18 (4), pp. 523-542.



assim ao nacionalismo grego. No entanto, e com o acentuar da polarização, o debate sobre se a Grécia deveria permanecer ou sair da zona euro ganhou preponderância na cena eleitoral e as eleições legislativas de 17 de Junho assumiram importância plebiscitária. As eleições transformaram-se assim numa disputa directa entre o ND (Antonis Samaras) e o Syriza (Alexis Tsipras), entre o pró e o contra Memorando e a permanência ou saída da zona euro. No entanto, é de realçar que o Syriza nunca afirmou que iria praticar uma política de saída da zona euro, mas que se os parceiros europeus o obrigassem a escolher entre o euro e os direitos sociais e políticos, então escolheria os últimos. Dito isto, a clivagem permanência/saída da zona euro constituiu-se como manobra política – bem sucedida – do ND para ganhar as eleições, pois ainda que a maioria dos gregos seja contra o Memorando de Entendimento defendem a permanência da Grécia na zona euro e UE. Focar-nos-emos apenas na análise da campanha eleitoral destes dois partidos.

No início do período eleitoral, o Syriza apresentou o seu programa – baseado numa série de discursos de altos dirigentes - em que afirmava que iria restaurar a Democracia, a justiça social, a solidariedade e criatividade para que a Grécia rompesse com o Memorando de Entendimento²⁰. Ao longo de toda a campanha, Alexis Tsipras deixou bem claro a escolha que o povo grego deveria fazer nestas eleições: queria um Governo liderado pelo ND e pró-Memorando ou um Governo contra Memorando e progressista liderado pelo Syriza?²¹. Nas suas várias intervenções denunciou também a chantagem e o medo que a *Troika* e os partidos pró-Memorando incutiam diariamente no povo grego afirmando que, caso o Syriza vencesse as eleições, as verbas do “resgate” seriam congeladas, que a Grécia sairia da zona euro – com o conseqüente retorno do Dracma - e que o Estado entraria novamente em bancarrota. Em contrapartida, elencou algumas medidas que o Syriza aplicaria caso fosse governo: a renúncia ao Memorando; o congelamento das privatizações; a não criação de impostos que visassem os trabalhadores, os pensionistas e os desempregados; e a reposição das pensões, dos benefícios sociais e dos salários²². Ao invés, aumentaria os impostos sobre a classe alta e o sector financeiro, não esquecendo a reestruturação da dívida- nos mesmos moldes dos da Alemanha em 1953 - para criar folga orçamental para políticas de crescimento económico e um plano nacional para a reconstrução e crescimento. Após uma série de críticas ao facto do seu programa poder levar à saída da Grécia da zona euro, Tsipras afirmou que faria os possíveis para manter o país no euro, mas que não sacrificaria os direitos sociais do povo grego, adquiridos depois de tantos anos de lutas sociais.

²⁰ Stavrakakis, Yannis e Giorgos Katsambekis (2014), “Left-wing populism in the European periphery: the case of Syriza”, *Journal of Political Ideologies*, 19 (2), pp. 119-142.

²¹ Vasilopoulou, Sofia e Daphne Halikopoulou (2013), “In Shadow of Grexit: The Greek Election of 17 June 2012”, *South European Society and Politics*, 18 (4), pp. 523-542.

²² *Ibidem*.



Parties	2009			6 May 2012			17 June 2012		
	Seats		Votes (%)	Seats		Votes (%)	Seats		Votes (%)
N	%	N		%	N		%		
ND	91	30.3	33.5	108	36	18.8	129	43	29.7
SYRIZA	13	4.3	4.6	52	17.3	16.8	71	23.7	26.9
PASOK	160	53.3	43.9	41	13.7	13.2	33	11	12.3
ANEL	–	–	–	33	11	10.6	20	6.7	7.5
Golden Dawn	0	0	0.3	21	7.0	7.0	18	6	6.9
DIMAR	–	–	–	19	6.3	6.1	17	5.7	6.3
KKE	21	7.0	7.5	26	8.7	8.5	12	4.0	4.5
Eco-Greens	0	0	2.5	0	0	2.9	0	0	0.9
LAOS	15	5.0	5.6	0	0	2.9	0	0	1.6
Democratic Alliance	–	–	–	0	0	2.5	–	–	–
Recreate Greece!	–	–	–	0	0	2.1	0	0	1.6
DRASI	–	–	–	0	0	1.8	–	–	–
Other	0	0	2.0	0	0	6.7	0	0	1.9
Turnout	70.95 %			65.12 %			62.49 %		

Source: Greek Ministry of the Interior (www.ypes.gr).

Gráfico 3: Resultados das três legislativas abordadas.
(Fonte: Vasilopoulou & Halikiopoulou, 2013)

Já a campanha do ND baseou-se maioritariamente em discursos proferidos por Antonis Samaras, Presidente do ND, e não num programa eleitoral. Também este partido realçou o facto de nestas eleições se defrontarem dois campos: o pró e o contra Memorando/zona euro. Samaras apelou ao voto no ND para a criação de um governo de salvação nacional que negociaria os termos do segundo Memorando, ao mesmo tempo que faria todos os possíveis para a Grécia se manter na zona euro, afirmando que o Syriza era o seu principal adversário político – e não o PASOK, como desde 1974 – e que um voto neste partido seria um voto no retorno do Dracma, um voto no populismo, na criminalidade e na saída da União Europeia. No final da campanha eleitoral, o ND afirmou ainda que as prioridades do partido seriam o crescimento, a justiça social e a segurança, numa tentativa para esvaziar o discurso do Syriza e o seu crescente apoio político-social. Para tal, elencou sete escolhas que os eleitores deveriam fazer nestas eleições: “I) o Euro ou o Dracma; II) uma mudança na política económica focada no crescimento ou o desastre e piores condições da Troika; III) emprego ou desemprego; IV) o passado ou o futuro; V) segurança ou medo; VI) alianças fortes na Europa ou um país isolado; VII) governação ou anarquia”²³.

Ao contrário das eleições legislativas de 6 de Maio, as de 17 de Junho permitiram a formação de um governo de coligação entre três forças políticas: o ND (29,7% e 129 deputados), o PASOK (12,3% e 33 deputados) e o DIMAR (6,3% e 17 deputados). O Syriza obteve 26,9% dos votos (71 deputados), voltando, mais uma vez, a subir (9,6% desde a última eleição). O ANEL obteve 7,5% (20 deputados); o Aurora Dourada conquistou 6,9% (18 deputados); e o KKE alcançou os 4,5% (12 deputados).

²³ Vasilopoulou, Sofia e Daphne Halikiopoulou (2013), “In Shadow of Grexit: The Greek Election of 17 June 2012”, *South European Society and Politics*, 18 (4), pp. 523-542.

²³ *Ibidem*.

É de realçar que tanto o ND como o Syriza tiveram o menor nível de volatilidade eleitoral de sempre na História dos seus partidos (91% e 87,4%, respectivamente)²⁴. Estes números demonstram, mais uma vez, o nível de polarização na sociedade grega entre os campos pró/contra Memorando e permanência/saída da zona euro/União Europeia. No entanto, não é de menosprezar de todo a importância que a clivagem Esquerda-Direita ainda assume na sociedade grega.

As eleições de 17 de Junho de 2012 vieram consolidar o fim do rotativismo entre o ND e o PASOK, tendo este último obtido menos 1,6% dos votos que nas últimas eleições. Em contrapartida, o Syriza consolidou o estatuto de segunda maior força política do sistema político grego, ao conquistar mais 10,1% que em Maio. Estas eleições constituíram-se como o primeiro combate directo entre o ND e o Syriza, assumindo assim as clivagens presentes na sociedade grega após a entrada da *Troika* no país.

Com a coligação resultante destas eleições pode afirmar-se que a posição pró-Memorando e permanência na zona euro/União Europeia ganhou por uma pequena margem.

V - AS LEGISLATIVAS DE 25 DE JANEIRO DE 2015

Após dois anos de governação e continuação da aplicação de severas medidas de austeridade, Antonis Samaras decidiu antecipar a eleição presidencial, de Fevereiro para Dezembro, com o objectivo deste acto significar, caso fosse bem-sucedido, uma relegitimação governativa. Durante o mês de Dezembro foram visíveis as interferências da CE, pelas palavras do Comissário dos Assuntos Económicos e Financeiros Pierre Moscovici²⁵ e da porta-voz da instituição Annika Breidhardt, a favor da eleição de Stavros Dimas, candidato da coligação a Presidente da República²⁶, constituindo-se como ingerências directas na soberania grega. No entanto, em Dezembro passado, a coligação governamental viu-se incapaz de reunir os votos parlamentares necessários para eleger o seu candidato nas três rondas – ocorridas nos dias 17, 23 e 29. Em consequência, o Parlamento foi dissolvido e marcadas eleições legislativas antecipadas para 25 de Janeiro de 2015, tal como a Constituição grega estipula.

A campanha eleitoral do Syriza concentrou-se em quatro eixos estratégicos: i) a luta contra a austeridade e o fazer face ao desastre humanitário que se vive no país; ii) a reestruturação da dívida através de negociações com os parceiros europeus e FMI; e a realização de uma conferência europeia sobre as dívidas soberanas; iii) o fim das

²⁵ Económico (29/12/2014), Bruxelas pede à Grécia que mantenha “compromisso forte” com a Europa, disponível: http://economico.sapo.pt/noticias/bruxelas-pede-a-grecia-que-mantenha-compromisso-forte-com-a-europa_208951.html, acedido a 30 de Janeiro de 2015.

²⁶ Euractiv (11/12/2014), *European Commission officially backs government candidate in Greek elections*, disponível em <http://www.euractiv.com/sections/euro-finance/european-commission-officially-backs-government-candidate-greek-elections>, acedido a 30 de Janeiro de 2015.



privatizações a que o governo de Samaras tinha dado início, como a da operadora estatal de energia, a do porto de Pireus e a de 14 aeroportos regionais e de terrenos aeroportuários; iv) a luta contra a corrupção, através da reforma do sistema judicial e do sistema fiscal²⁷. Segundo várias declarações de Alexis Tsipras, os objectivos do programa eleitoral do Syriza são a recuperação da dignidade do povo grego, a luta contra a crise humanitária e a recuperação económica. Duas das principais promessas eleitorais do partido foram precisamente o retorno ao salário mínimo de 751€ - que o governo de Samaras, em 2012, reduziu para os 580€ - e a reactivação da electricidade a 300 mil lares de famílias carenciadas²⁸.

Por outro lado, a campanha do ND não apresentou um programa político que se contrapusesse ao do Syriza. A campanha do ND pautou-se pela retórica de que a Grécia estava no caminho da recuperação económica - após 6 anos de recessão, o país alcançou 0,7% crescimento económico²⁹- e que a eleição do Syriza, e consequente aplicação do seu programa, iria colocar em risco os sacrifícios que o povo grego tinha suportado até ao momento, além de acusar o Syriza de pretender enveredar por um caminho que viria a resultar na saída da Grécia da zona euro e, em último caso, da própria UE. Desta forma, tentou recolocar a clivagem saída/permanência da zona euro, que lhe possibilitou ganhar as últimas eleições e formar coligação, no debate político. No entanto, ao longo da campanha eleitoral, o Syriza declarou por inúmeras vezes que não praticaria uma orientação política de saída da zona euro, o que diminuiu a importância dessa clivagem na percepção e escolha de voto no eleitorado grego. A principal clivagem destas eleições foi precisamente a do contra/pró Memorando, sendo o Syriza o principal partido do campo do contra e o ND o do pró. Estas eleições legislativas consistiram no confronto entre o Syriza e o ND, à semelhança das de 2012.

Nas várias sondagens de voto, realizadas no decorrer da campanha eleitoral, o Syriza encontrava-se à frente nas intenções de voto. Nas primeiras semanas de Janeiro, o Syriza manteve-se na dianteira das intenções de voto com um avanço de 3% face ao ND³⁰, mas com o aproximar do acto eleitoral essa diferença foi-se acentuando a favor do primeiro à medida que o eleitorado indeciso foi diminuindo. Perante estes desenvolvimentos, tanto o FMI como a Chanceler alemã, Angela Merkel, aumentaram a pressão perante o eleitorado grego congelando a *tranche* até ao apuramento dos resultados eleitorais e afirmando que caso o Syriza fosse governo, e aplicasse o seu

²⁷ Synaspismo (2015), *Para a esquerda do século 21 O sinal de mais no Programa SYRIZA*, disponível em: <http://www.syn.gr/programma/programma.htm>, acedido a 30 de Janeiro de 2015.

²⁸ Público (28/01/2015), *Tsipras promete bater-se para "restabelecer a dignidade dos gregos"*, disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/tsipras-promete-baterse-para-restabelecer-a-dignidade-dos-gregos-1684216>, acedido a 30 de Janeiro de 2015.

²⁹ Euronews (14/11/2014), *PIB da Grécia volta a crescer*, disponível em <http://pt.euronews.com/2014/11/14/pib-da-grecia-volta-a-crescer/>, acedido a 30 de Janeiro de 2015.

³⁰ Jornal I (20/1/2015), *Grécia. Syriza volta a dominar sondagens a poucos dias das eleições*, disponível em <http://www.ionline.pt/artigos/mundo/grecia-syriza-volta-dominar-sondagens-poucos-dias-das-eleicoes>, acedido a 30 de Janeiro de 2015.



programa eleitoral, a Grécia teria de sair do euro³¹. A estas declarações somou-se a pressão sobre as bolsas e dívidas públicas dos vários Estados-membros da UE, mas principalmente à bolsa e dívida gregas, por parte dos mercados financeiros³². Podemos afirmar que as pressões vindas das instituições europeias, do FMI e dos governantes europeus poderão ter contribuído para o aumentar do apoio ao Syriza junto do eleitorado grego, mas também na opinião pública europeia.

Os resultados das eleições legislativas de Janeiro de 2015 marcaram uma nova viragem tanto na política grega como na europeia. Pela primeira vez da História na III República grega um partido de esquerda-radical alcançou o resultado eleitoral mais elevado, com 36,34% dos votos (149 deputados). Já o ND obteve o segundo melhor resultado com 27,81% dos votos (76 deputados). O Aurora Dourada afirmou-se como a terceira força política com 6,28% dos votos (17 deputados). O To Potami (O Rio), partido recentemente fundado e liderado por Stavros Theodorakis, famoso apresentador de televisão, alcançou os 6,05% (17 deputados). O KKE atingiu os 5,47% dos votos (15 deputados) e o ANEL e o PASOK obtiveram cerca de 4,5% dos votos, 13 deputados cada um. É de realçar ainda o elevado nível de abstenção nestas eleições, cerca de 37%³³.

Perante estes resultados o Syriza não alcançou, por apenas dois deputados, a maioria absoluta para formar um governo maioritário. Desta forma, viu-se obrigado, em consequência da nova relação de forças no parlamento, a iniciar conversações para a formação de um governo de coligação num prazo de três dias, caso contrário seria dada a oportunidade ao segundo partido mais votado, o ND, para tentar formar governo. Caso não fosse possível a formação de um executivo, então o parlamento seria dissolvido e marcadas novas eleições legislativas para o mês de Fevereiro. As hipóteses políticas do Syriza eram portanto muito diminutas. Politicamente não podia fazer coligação nem com o PASOK nem com o ND, partidos que durante anos aplicaram austeridade e puseram em prática reformas estruturais. O Aurora Dourada também estava politicamente “vedado” por ser um partido de extrema-direita neonazi, um dos principais oponentes ideológicos do Syriza. O KKE constituía-se como o partido de coligação por excelência em termos ideológicos, mas, durante a campanha, este afirmou por inúmeras vezes que o Syriza era igual ao ND, assumindo assim uma lógica ultra sectária. Apenas restavam como opções políticas o To Potami e o ANEL. Se o primeiro é um partido recente sem homogeneidade ideológica e aparente entusiasmo europeísta, o que colocou a questão de ser capaz de fazer frente à *troika* e governantes europeus, já

³¹ Expresso (29/12/2014), *FMI suspende ajuda à Grécia até tomada de posse de novo Governo*, disponível em <http://expresso.sapo.pt/fmi-suspende-ajuda-a-grecia-ate-tomada-de-posse-de-novo-governo=f904283>, acedido a 30 de Janeiro de 2015.

³² Euronews (4/1/2015), *Angela Merkel acredita que saída da Grécia do euro sera gerível*, disponível em <http://pt.euronews.com/2015/01/04/der-spiegel-merkel-acredita-que-saida-da-grecia-do-euro-e-gerivel/>, acedido a 30 de Janeiro de 2015.

³³ Ministério do Interior da Grécia (2015), *Eleições Parlamentares Janeiro 2015*, disponível em [http://ekloges.ypes.gr/current/v/public/index.html?lang=en#{\"cls\":\"level\",\"params\":{\"level\":\"epik\",\"id\":1}}](http://ekloges.ypes.gr/current/v/public/index.html?lang=en#{\), acedido a 30 de Janeiro de 2015.



o ANEL é um partido algo xenófobo, anti-semita, eurocético e nacionalista de direita, mesmo sendo anti austeridade e anti *troika*. Perante estas duas hipóteses o Syriza escolheu, após reunir-se uma última vez com o KKE na tentativa de se coligarem, fazer um governo de coligação com o ANEL, mesmo que as divisões em matérias sociais, direitos e imigração sejam discrepantes. No entanto, o essencial do programa do Syriza foi salvaguardado: a reestruturação da dívida e a luta contra a austeridade. Podemos classificar o governo de coligação entre o Syriza e o ANEL como anti austeridade e anti *troika*, o que de certa forma justifica a sua coligação por preservar o essencial dos dois programas partidários, demonstrando também o quanto a clivagem contra/pro Memorando alterou o posicionamento e a percepção partidários dos vários partidos políticos gregos, sobrepondo-se à histórica clivagem esquerda/direita.

Caso o Syriza tivesse decidido não fazer coligação com nenhum destes dois partidos, o ND teria a oportunidade de tentar formar governo e caso não o conseguisse, então o parlamento seria dissolvido e novas eleições legislativas seriam marcadas para o mês de Fevereiro, precisamente o mês da última *tranche* do empréstimo da *troika*. Se eventualmente o Syriza ganhasse as eleições de Fevereiro com maioria absoluta, então confrontar-se-ia com uma situação que colocaria em causa todo o seu programa eleitoral por não possuir o devido tempo para o colocar em prática. Ou seja, estaria sob uma enorme pressão temporal para negociar com os credores a reestruturação da dívida e o fim das políticas de austeridade com a *troika* e instituições europeias, vindo, possivelmente, a colocar em causa a legitimidade do regime democrático em consequência do aumento do descrédito nos partidos e acentuaria a percepção de não existir qualquer alternativa política à austeridade.



CONCLUSÃO

O fim do rotativismo entre o ND e o PASOK - dois partidos marcados pelo clientelismo, corrupção e dinastias partidárias das famílias Karamanlis e Papandreou, respectivamente -, em consequência da crise e da aplicação das medidas de austeridade por parte destes, veio alterar profundamente o sistema partidário grego. Foram assim criadas as condições objectivas e subjectivas para que um partido de esquerda-radical, que em 2007 não ultrapassava os 5% dos votos nas eleições legislativas, se transformasse numa forte alternativa governativa.

Os resultados das legislativas de 25 de Janeiro obrigaram o Syriza a formar uma coligação com o ANEL, tendo a decisão do parceiro sido perspectivada pela direcção do partido como a melhor solução – coligação que se apresenta como anti austeridade e anti *troika*. No entanto, colocam-se-lhe vários desafios, tanto políticos como económicos e sociais, a que terá de dar resposta. Os principais serão o fim da austeridade e a reestruturação da dívida – mesmo que os credores sejam contra, o que exigirá uma posição de força significativa tendo em conta a permanência na zona euro – e o combate ao desemprego e pobreza extrema que existem no país, através de uma estratégia de fomento da economia e de um sistema fiscal mais equitativo e redistributivo, além do combate à corrupção. As expectativas tanto dos cidadãos gregos como dos restantes povos europeus encontram-se bastante elevadas, o que poderá fortalecer ou enfraquecer a estratégia política anti austeridade e anti *troika* do governo de coligação, pois o apoio popular assume-se como fundamental.

Caso não consiga confrontar os desafios que se lhe colocam, poderá colocar em causa toda a Esquerda europeia que se revê no combate à austeridade e ao avanço do neoliberalismo, não só na Europa mas em todo o Mundo. Poderá tornar-se num segundo François Hollande em que a Esquerda depositava todas as suas esperanças e viu-as serem frustradas. Por outro lado, se conseguir demonstrar que existe uma real alternativa ao actual curso neoliberal europeu e de gestão da crise, poderá representar para a Esquerda e povos europeus a esperança que se aguardava. O governo de coligação Syriza-ANEL será a prova de fogo para toda a Esquerda europeia, mesmo que com um partido de direita no governo.

Outra questão que se coloca com o colapso do rotativismo na Grécia é se este pode representar o prenúncio de mais alterações nos sistemas partidários de outros Estados europeus, como, por exemplo, no espanhol com a ascensão do Podemos e no irlandês com o crescimento do Sinn Fein. Mas se nos Estados periféricos os partidos de esquerda radical estão em ascensão, também não é de somenos afirmar que estes resultados poderão favorecer, em reacção, o progresso dos partidos de extrema-direita no centro e norte da Europa, como é o caso da Frente Nacional em França ou do Partido para a Liberdade do Povo Holandês na Holanda. Em 2015 e 2016 ocorrerão mais actos eleitorais que colocarão maior pressão sobre os partidos tradicionais dos vários “arcos

de governação” nacionais. O espectro político e governamental europeu poderão vir a sofrer uma alteração que não se restringe apenas ao caso grego, mas que se poderá estender a outros Estados do continente, principalmente aos que foram fortemente atingidos pela crise económico-financeira.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7ºE
1050-098 Lisboa PORTUGAL
Tel. (00351) 21 820 88 75
Geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

FERNANDES, Ricardo Cabral «A crise e o romper do rotativismo: o caso do Syriza na Grécia», *Working Paper #52*, Observatório Político, publicado em 13/02/2015, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.